

DJACIR MENEZES: A Trajetória de um Intelectual na Província

DJACIR MENEZES: The Journey of an Intellectual in the Province

Alexandre Barbalho¹

Resumo: Este artigo busca compreender como um intelectual atuante em Fortaleza na primeira metade do século XX, situado na periferia de um campo cultural nacional ainda em constituição, conseguiu romper as fronteiras geográficas e simbólicas e ser reconhecido por pensadores já consagrados ou em vias de consagração, tanto locais, quanto nacionais. Como pressuposto, avalia-se que o agente em análise, Djacir Menezes, mobilizou tanto sua rede de relações sociais, quanto agregou outros recursos simbólicos para garantir sua carreira no período em que permaneceu no Ceará.

Palavras-chave: Intelectual, Campo Cultural, Província, Ceará.

Abstracts: This article seeks to understand how an intellectual active in Fortaleza during the first half of the 20th century, situated at the periphery of a national cultural field still in formation, managed to transcend both geographical and symbolic boundaries and be recognized by thinkers already established or emerging, both local and national. As a premise, it is assumed that the subject under analysis, Djacir Menezes, mobilized both his network of social relations and other symbolic resources to secure his career during the period he remained in Ceará.

Keywords: Intellectual, Cultural Field, Province, Ceará.

Introdução

Até 1937, quando saiu seu livro *O outro Nordeste. Ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais* pela coleção “Documentos Brasileiros”, da editora José Olympio (JO), Djacir Menezes, então com trinta anos, já tinha lançado mais de duas dezenas de livros publicados em Fortaleza, onde morava, e em outras cidades brasileiras.

Apesar de, atualmente, ser pouco referenciado, Djacir construiu uma carreira destacada como intelectual, tanto na capital cearense, quanto no Rio de Janeiro — para onde se mudou em 1941, para lecionar, após prestar concurso, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro —, tendo conquistado cargos e status dentro do campo de possibilidades com o qual lidou. Como indicadores do capital simbólico — entendido aqui, segundo Pierre Bourdieu (2001), como todas as formas de reconhecimento social — conquistado em sua trajetória, pode-se citar o fato de ter sido reitor da UFRJ, entre

¹ Professor na Universidade Estadual do Ceará. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: alexandre.barbalho@uece.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4612-6162>.

1969 e 1973, e ser considerado, ao lado de Miguel Reale, uma referência central do culturalismo jusfilosófico no Brasil (Coelho, 2016; Montenegro, 2007).

Este artigo, que retoma uma discussão anterior focada no contexto e no conteúdo de *O outro Nordeste* (Barbalho, 2023), busca, nesta nova abordagem, compreender como um intelectual de província conseguiu romper as fronteiras que situavam Fortaleza a uma enorme distância geográfica e simbólica da capital da República. Situado na periferia de um campo intelectual brasileiro ainda em constituição, Djacir conseguiu ser reconhecido por pensadores já consagrados ou em vias de consagração, o que qualifica sua trajetória como um fenômeno social a ser investigado. Baseando-se nas pesquisas de Sérgio Miceli (1977; 1979) sobre a realidade paulista, é possível supor que, vivendo na capital cearense nos momentos finais da Primeira República e parte considerável da Era Vargas, Djacir mobilizou tanto sua rede de relações sociais, quanto agregou outros recursos simbólicos (disposição intelectual herdada da família, diplomas escolares, publicações etc.), para garantir sua carreira intelectual no período em análise.

Não se trata, certamente, de fato isolado, pois há outros intelectuais que, não habitando os centros dos recursos materiais e simbólicos do país, leia-se, já naquele período, São Paulo e Rio de Janeiro, conseguiram, a partir de seu local de atuação, se projetar nacionalmente. O que reforça a importância deste estudo de caso ao fornecer elementos para análises comparativas e o estabelecimento de possíveis padrões de trajetória de intelectuais brasileiros.

A própria realidade cearense da década de 1870 já tinha despertado a atenção de José Ramos Tinhorão que se perguntou como, em uma “província pobre”, surgiu “uma geração de homens capazes de discutir, no mesmo plano dos intelectuais da Corte, as mais recentes conquistas da ciência ou as últimas modas filosóficas ou literárias?” (Tinhorão, 2006, p. 20). Tinhorão estava fazendo referência a, entre outros, Rocha Lima, Capistrano de Abreu, Adolfo Caminha, Farias Brito e Clovis Bevilacqua. Esse contexto, afirma, revelou-se “um dos mais curiosos capítulos da história da literatura brasileira e, ao mesmo tempo, um dos mais sugestivos desafios à sua interpretação com fenômeno sociológico” (Tinhorão, 2006, p. 19).

O artigo está organizado em três seções, fora a introdução e as considerações finais. Na primeira, são apresentadas as ligações familiares e a formação básica e superior de Djacir e os capitais sociais e culturais que foi conquistando nesse período. A segunda seção discute a configuração do campo cultural cearense, ainda marcado pela não especialização de

posições, no momento de atuação de Djacir. Por fim, analisa-se a relevância de sua obra no período em que viveu no Ceará, com o intuito de apreender sua dimensão no âmbito da produção intelectual brasileira.

A formação de Djacir e a conquista de seus primeiros recursos simbólicos

Djacir Menezes nasceu em Maranguape, cidade próxima à Fortaleza, em novembro de 1907. Descendia de família com várias personalidades de destaque na história econômica, política e cultural do Ceará, os Bezerra de Menezes. Dentre eles, o brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro — militar e político atuante nos movimentos de disputa entre conservadores e liberais, que marcaram a política cearense na primeira metade do século XIX (Cordeiro, 1997) — é tido como o fundador da cidade de Juazeiro do Norte (Rocha Filho, 1916). Por sua vez, um neto do brigadeiro e seu homônimo foi político e filósofo, tendo defendido no Parlamento os bispos de Olinda e do Pará durante a Questão Religiosa ocorrida no Segundo Império, quando os referidos bispos interditaram as irmandades que possuíam membros maçons e foram presos em 1874 por desobediência ao Poder Executivo e Moderador (Santirochi, 2017).

Como explicita Auxiliadora Lemenhe, em sua pesquisa sobre os Bezerra de Menezes, “a longa existência da ‘família’, que se reproduziu por sucessivas gerações ao reiterar o sobrenome original e ao construir e veicular sua própria história, tem como consequência a naturalização da qualidade de ‘família tradicional’” (Lemenhe, 1995, p. 50). Desse modo, esse nome de família, no Ceará dos séculos XIX e XX, era o suficiente para designar o detentor como socialmente diferenciado. A força da nomeação e as estratégias simbólicas por ela possibilitada se impunham, inclusive, ao fato do agente não se posicionar, necessariamente, no topo das hierarquias sociais e de poder, posto que há diferenciações internas ao grupo familiar na distribuição dos recursos materiais e simbólicos conquistados.

Era o caso de Paulo Elpídio de Menezes. Bacharel em Direito, foi barbeiro, procurador fiscal do Ceará, jornalista e memorialista. Quando do nascimento de seu filho Djacir, atuava como delegado de polícia em Maranguape. Foi ainda membro da Maçonaria, onde alcançou um grau alto na hierarquia desta instituição. É importante frisar que a Maçonaria, bem como o Espiritismo e a Teosofia, ocupou um espaço relevante no Ceará do final do século XIX até o início do XX, reunindo intelectuais que defendiam ideias

progressistas e modernas, diante do conservadorismo católico cearense (Abreu, 2009; Silva, 2011; 2015).

Portanto, embora os Bezerra de Menezes não se configurassem como uma família decadente na Primeira República, Paulo Elpídio era um “parente pobre”, mas com alguns recursos simbólicos a serem transmitidos aos filhos. Não é de se estranhar que, na casa paterna, convivendo com o único irmão, Paulo, Djacir pudesse acessar uma ampla biblioteca e tenha sido educado em línguas estrangeiras, entre as quais o alemão, o que o possibilitou ler, no original, autores que foram fundamentais para a sua formação intelectual, além de escrever e traduzir nessa língua. Hélio Melo (1996) avalia que sua convivência na adolescência com pensadores clássicos alemães teria produzido “poderosa impressão em seu espírito” que se expressaria ao longa de sua obra filosófica.

Melo (1983), por sua vez, acredita que as primeiras produções literárias de Djacir resultaram de seu convívio precoce com a literatura portuguesa, informação referendada por Djacir Menezes Filho, que afirma que seu pai teria lido *O crime do Padre Amaro*, de Eça de Queiroz, aos 11 anos¹. No que diz respeito aos acontecimentos de sua época, Djacir podia contar com jornais e revistas assinados por seu pai. Ele relembra, por exemplo, que durante a I Guerra Mundial, o acesso àquele momento histórico se deu por meio da revista *O espelho* cujas matérias eram ilustradas “por desenhistas que imaginavam as cenas violentas das trincheiras, onde espocavam obuses e soldados se estraçalhavam para salvar as respectivas pátrias e a civilização” (Menezes, 1989, p. 170).

O acesso à biblioteca paterna e o início da formação de sua própria fizeram com que Djacir, até os vinte anos, como afirma Gerardo Dantas Barreto, já tivesse lido a literatura filosófica mais corrente no Nordeste na época: “o positivismo, o biologismo de *Le Dantec*, *Le Bom*, *Ingenieros*, as obras de Taine, Renan, Spencer, Farias Brito, Tobias Barreto, e dominava seu pensamento a orientação especulativa inspirada nas ciências positivas” (Barreto, 1988, p. 64). Ao falar do encontro decisivo com a obra de Hegel, o autor informa que o responsável foi seu pai que lhe presenteou, de aniversário, *Wissenschaft der Logik*, o que teria abalado o seu “biologismo materialista”. Depois, “por um desses acasos provincianos, comprou, em Fortaleza, a edição primeira das Obras Completas de Hegel, editada em 1841, dez anos depois da morte do filósofo. Seria sua leitura intercadente, mas constante” (Barreto, 1988, p. 64).

Djacir iniciou seus estudos formais com sete anos no Instituto Miguel Borges em

Fortaleza. O Instituto, fundado por Odorico de Carvalho Castello Branco em 1900, possuía professores destacados da cidade, como o jurista e sociólogo Soriano de Albuquerque, que seria professor e, depois, colega de Djacir na Faculdade de Direito do Ceará. Castello Branco era um pioneiro no Brasil no que se refere ao ensino de matemática, tendo lançado em 1904 em Fortaleza o livro *Lições de Arithmetica*. Para Elenice Zuin, o diretor fez “um esforço para inovar e desfazer os laços com o tradicionalismo na introdução do ensino de Aritmética no início do século XX” (Zuin, 2018, p. 125).

Na avaliação de Djacir, o Instituto possuía uma estrutura curricular que o distinguia dos demais colégios da época e sua passagem por aquele estabelecimento foi fundamental para sua opção pela formação filosófica:

O Prof. Castello Branco era matemático (...) logo no primeiro ano, o aluno se familiarizava com o manejo, no quadro-negro, do esquadro, da régua e de um enorme compasso de pau, para resolver problemas simples de construção geométrica. Creio que foi a infância sob efeito dessa pedagogia que me marcou o espírito, para sempre inclinado ao estudo dessas disciplinas – e inspirou minhas primeiras direções filosóficas, no Liceu, para o positivismo e para a estima de professores de formação positivista (Menezes, 1989, p. 171)

O Instituto Miguel Borges se inseria em um contexto mais amplo de reformas no ensino ofertado em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX, tendo como referência o método intuitivo, o ensino ativo e a pedagogia da nação e a contraposição às humanidades clássicas. Essas “ondas pedagogizantes”, na definição de Ana Glória Silva, eram alimentadas “por parte de educadores e de uma comunidade que apostava na formação escolar como um projeto existencial capaz de dar sentido ao ser e ao viver” (Silva, 2010, p. 40). Essas três correntes pedagógicas tinham em comum, entre outras características, a “convicção do ensino das ciências positivas”, a “formação do cidadão esclarecido”, a “construção de competências para a transformação social” e a “constituição da consciência da autoimagem de características específicas de um determinado povo, das particularidades de um território, da compreensão de uma língua, numa palavra, da nação” (Silva, 2010, p. 41). Elementos que certamente foram apreendidos por Djacir, como indica a escrita de *O outro Nordeste* (Barbalho, 2023; Estevão, 1996).

Em 1921, ingressou no curso de Humanidades do Liceu, onde ficou até 1925, tendo sido orador de sua turma e um dos fundadores e o primeiro diretor da revista *Ideia*, que se tornaria o órgão oficial do Centro Estudantil Cearense (CEC) fundado em 1931. O Liceu era

o espaço de formação e de sociabilidade dos jovens que iriam se tornar as elites econômicas, políticas e culturais do estado. Como situa, Carolina Maciel, “desde seus primeiros anos de funcionamento [o Liceu] foi contemplado como melhor instituição de ensino do Estado. Vários nomes de relevo que fazem parte da História oficial do Ceará e do país passaram pelos bancos escolares desta instituição” (Maciel, 2018, p. 74).

Sobre a sua formação básica, Antônio Paim (1999) destaca a relação entre o jovem liceísta Djacir e o professor catedrático de Filosofia daquela instituição José da Cunha Sombra, um reconhecido intelectual local e simpatizante do espiritualismo, autor, entre outros, de *A falência da moral leiga e Feminismo*, e a quem dedicaria seu primeiro livro *O problema da realidade objetiva* publicado em 1932. Ainda como aluno do Liceu, passou a escrever artigos para os jornais da cidade, sendo o primeiro, intitulado “A emancipação da mulher”, publicado em *A Razão*, em outubro 1924.

Figura 1 – Cartão de matrícula de Djacir Menezes no Liceu



Fonte: Acervo “Djacir Menezes” da Biblioteca Central da Universidade Estadual do Ceará

Em 1926, Djacir entrou para o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito em Fortaleza, seguindo a lógica que operava desde o Império das faculdades de Direito serem o principal núcleo de formação e recrutamento de intelectuais e políticos brasileiros (Adorno, 1988; Carvalho, 2003). O próprio Djacir, em palestra conferida em 1940,

corroborava com esse papel ao defender que a função da Faculdade de Direito do Ceará era “colaborar com o Estado na preparação das suas elites, a fim de se realizar o grande trabalho de harmonia social e política, que é a suprema aspiração dos povos” (Menezes, 1981, p. 29-30).

Barreto aponta que nesse período de faculdade, ao acessar o livro *Sistema de Ciência Positiva do Direito*, de Pontes de Miranda, Djacir ampliou seus interesses para novas fontes intelectuais: “a Ernst Mach, ao empiriocriticismo, à filosofia matemática (Russel, Ramsey, Carnap, Schick) e ao exame gnosiológico das ideias fundamentais da Teoria da Relatividade” (Barreto, 1988, p. 64). É o início também da publicação de seus primeiros ensaios em revistas de cunho acadêmico com o “A mentira divina” na *Revista Clóvis Beviláqua* de Fortaleza em 1927.

Naquele mesmo ano, começou suas atividades profissionais como jornalista escrevendo para *O Ceará*, órgão de oposição às facções políticas dominantes no Ceará antes da Revolução de 1930. Não se tratava, contudo, de um periódico ligado às classes trabalhadoras. Seu fundador, Júlio Ibiapina, mesmo não integrando os círculos do poder, pertencia à elite intelectual e econômica da cidade e usava o jornal como espaço para suas críticas ao governo (Amaral, 2018).

Alguns dos primeiros artigos de Djacir nesse jornal foram: “Os criadores do ambiente revolucionário”; “Que o povo faça a revolução”; “Época que nega o direito” e “O direito de revolução”. Marisa Mello (2019) relata que, em 1928, Rachel de Queiroz², que também colaborava com *O Ceará*, tinha ficado amiga de “comunistas”, entre eles Djacir. Apesar de não ter sido localizada qualquer referência de sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro, os artigos de *O Ceará* sinalizam o posicionamento político-ideológico de Menezes. Melo (1983) qualificava Djacir como educador, filósofo, sociólogo, economista e jurista, mas também como um polemista, tendo sido na juventude tribuno popular em campanhas políticas. Teriam sido esses escritos e ações que o levaram a ser preso por “atividades subversivas” e deportado para o Rio Janeiro em 1928, segundo depoimento de seu primo Paulo Elpídio de Menezes Neto³.

Por conta de seu “exílio”, Djacir concluiu sua graduação em 1930 na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, tendo retornado logo em seguida para o Ceará, uma vez que as elites políticas da Primeira República tinham decaído com o governo Vargas e assumido novas facções inicialmente comandadas pelos Távora. O processo revolucionário e o

período getulista foram temas de muitos de seus artigos publicados na imprensa local e na de outros estados. Contudo, em cartão postal enviado para seus pais, Djacir não demonstra uma adesão incondicional ao movimento, apontando sua ambiguidade entre continuísmo e reformismo. Tanto que não há elementos que apontem para uma participação sua no novo governo cearense conduzido pelos interventores, ao contrário do que ocorreria com outros intelectuais em âmbito estadual e nacional que aderiram aos aparelhos de Estado como meio de vida (Miceli, 1979; Mota, 1989).

Figura 2 – Postal enviado por Djacir Menezes a seus pais



Fonte: Acervo “Djacir Menezes” da Biblioteca Central da Universidade Estadual do Ceará

A proximidade com a filosofia alemã resultou na sua tese de doutoramento na Faculdade de Direito do Ceará defendida em 1932 intitulada “Kant e a ideia do direito” e publicada em livro no mesmo ano. Vale destacar que Djacir participou, ao lado de outros três integrantes, da primeira turma do Doutorado daquela instituição aberto em 1931. Esse foi o início de sua vasta produção filosófica que convergiu, como se disse, para o culturalismo jurídico. No período cearense, sua obra era, segundo Montenegro, marcada por um “denso cientificismo, de permeio com o materialismo dialético” que, nessa conjugação, levava “a uma maior potenciação de um entendimento materialista da realidade objetiva exterior” (Montenegro, 2007, p. 288).

Após a formatura, Djacir assumiu vários cargos públicos na área de ensino, todos por meio de concurso. Foi inspetor regional de ensino (1931), professor de Psicologia na Escola Normal (1932-1938), de Introdução à Ciência do Direito da Faculdade de Direito do Ceará (1938) e do Colégio Militar (1939). De sua experiência como inspetor saíram artigos para o artigo “Aspectos da educação cearense” publicado em 1932 na revista *Educação Nova* de Fortaleza.

Em 1940, foi um dos fundadores e primeiro diretor da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, da qual se tornou professor de Economia Política. É importante destacar que o novo curso convergia com os interesses modernizadores do governo Vargas que buscava qualificar a burocracia estatal, migrando de uma elite bacharelesca e literária para uma com formação mais técnica (Gouvêa, 1994; Nunes, 2003). Ou seja, bacharel em direito, Djacir acompanha esse movimento e converge sua trajetória na direção dessa disciplina, que o permitiria ir lecionar no Rio de Janeiro, como dito na introdução. Seus ensaios dessa época indicam essa aposta: em 1936 publica “Quantitativismo e metodologia estatística” na revista *O Momento* de Fortaleza; em 1939, “Biologia e processo econômico” na *Revista de Ciências Econômicas* de São Paulo e “Preliminares de economia matemática” na revista *Valor* de Fortaleza; em 1940, “Determinismo estatístico e lógica probabilística em Economia Política” na revista *Economia* de São Paulo; e em 1941, “A classificação das formas econômicas à luz da nova lógica” na revista *Sociologia* também de São Paulo.

Ainda no período cearense, ocupou outros postos de relevo: membro eleito da *National Geographic Society* (1939), fundador e primeiro diretor da Academia de Comércio Farias Brito (1941), representante da Faculdade de Direito no I Congresso de Direito Social reunido em São Paulo (1941) e membro da Câmara de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho (1941).

Na sequência, será analisado o campo cultural cearense no momento de atuação de Djacir para que possam ser entendidas as possibilidades postas para sua carreira intelectual.

O campo intelectual cearense na primeira metade do séc. XX

No período em que Djacir viveu em Fortaleza, predominava na cidade a figura do intelectual polígrafo — cuja produção era predominantemente ensaística em diversas áreas (literatura, direito, história, geografia etc.) e que, além do emprego público e da atuação

política, também dava aula e escrevia para jornais e revistas — frente à inexistência de um espaço ampliado de trabalho e de consumo simbólicos, o que poderia garantir maior autonomia do intelectual frente às esferas social e política, tal como se observa em campos sociais relativamente autônomos, constituídos por agentes específicos, com suas instâncias de consagração e de reprodução, seu tipo capital e suas posições e disposições. Como situa Bourdieu, como “um espaço de posições que age como campo de forças possíveis exercendo-se sobre aqueles que entram nele” (Bourdieu, 2021, p. 325).

No contexto fortalezense o que havia era um espaço social pouco diferenciado no qual circulavam os produtores simbólicos de modo a compartilharem as mesmas instituições, leia-se Academia Cearense de Letras (ACL) e Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IC). A ACL e o IC eram as duas mais importantes instâncias culturais do Ceará, reunindo a elite intelectual do estado, ou seja, aqueles que se consagravam ao serem aceitos naqueles ambientes e, ao mesmo tempo, mantinham sua função consagradora na medida em que as legitimavam com sua participação. O historiador Raimundo Girão ressalta essa proximidade ao afirmar que as duas instituições viviam “a vida de irmãos xifópagos, tal a aproximação, a afinidade que se observa entre uma e outra” (Girão, 1954, p. 287). Com apenas sete anos de diferença entre o surgimento de uma e de outra, juntas agitavam os “negócios na espiritual indústria das belas letras” cearenses.

Até mesmo as novas gerações rapidamente se incorporavam a essas agremiações sem que tenham exercido o papel iconoclasta de questionadores da *doxa* dominante. Em um domínio cultural reduzido, com poucas possibilidades de se assumirem como heterodoxia, os “novos” não pagavam o pedágio do confronto e logo se viam no topo da hierarquia do poder intelectual, dispensando derrubar os “antigos”. É o caso de Djacir que entrou na instituição em 1933, antes dos 30 anos, apadrinhado por um de seus fundadores, o Barão de Studart. Esse reconhecimento por parte de Studart era um recurso indispensável para qualquer intelectual cearense se projetar tanto no estado, quanto fora dele.

Studart, um “homem exemplar”, na definição de Pedro Holanda Filho, fundou e/ou foi membro, entre outras, das seguintes agremiações: Institutos Históricos do Ceará, da Bahia e de São Paulo, da Academia Cearense de Letras, da Academia Cearense de Medicina e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Autor de uma ampla produção bibliográfica e arquivista, o Barão construiu para si e em torno de si um “teatro da memória” e a “imagem de homem letrado, erudito, especialista em documentos antigos e, sobretudo, religioso e

caridoso” (Holanda Filho, 2018, p. 51).

Criado em 1887, o IC foi um dos últimos institutos estaduais que surgiram a partir do caso exemplar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Diferente do que ocorreu no domínio literário, não havia uma tradição de agremiações científicas no Ceará da qual o Instituto fosse herdeiro. Nesse sentido, segundo Geraldo Nobre (1977), o fato determinante para a constituição do IC foi a atuação da Comissão Científica de Exploração no Ceará entre 1859 e 1861. Organizada pelo IHGB e chefiada por Gonçalves Dias, ela permitiu que colaboradores locais entrassem em contato com os membros do IHGB, fomentando a ideia de criar uma instituição congênere no estado.

Mas foi a partir de uma agremiação literária, o Gabinete Cearense de Leitura, um centro de estudo que oferecia conferências públicas, aulas de língua e ciências e curso noturno de instrução primária, com o objetivo de ampliar na província o domínio cultural e o interesse pelas questões literárias (Brito; Martins, 2018), que surgiu o IC. O propósito da nova instituição era, segundo sua ata inaugural, “fazer conhecida a história e a geografia da Província e concorrer para a propagação das letras e das ciências no Ceará” (Sucupira, 1977, p. 60), o que ocorria quando das reuniões de seus sócios e, principalmente, por meio de sua revista, iniciada no mesmo ano de criação do IC.

A nova instituição alcançou destaque no cenário intelectual da província, não apenas por suas atividades, mas também por seus integrantes serem reconhecidos em suas diversas áreas de atuação (ensino, jornalismo, profissões liberais), incluindo a política (Menescal, 2012). O lugar do IC entre os cearenses dedicados à ciência só vai perder sua centralidade com o surgimento da Universidade do Ceará nos anos 1950 que, paulatinamente, se tornará a instância de formação e de consagração das elites intelectuais locais. Já existiam em Fortaleza, até os anos 1940, as faculdades de Direito (1903), de Farmácia e Odontologia (1916) e de Agronomia (1918). Mas essas instituições pouco atuavam como lugar de pesquisa e mantinham a função de espaços de socialização das elites, de modo que ainda não se esboçava, no Ceará, uma comunidade científica.

Para isso concorreram razões variadas, entre as quais as intempéries econômicas e políticas vivenciadas no estado ao longo da Primeira República. Mozart Soriano Aderaldo (1986) aponta que nas duas primeiras décadas do século XX ocorreu um “hiato” nas “lides literárias” cearenses, isso porque muitos de seus intelectuais tinham migrado para outros estados, principalmente para o Rio de Janeiro. Se Aderaldo avalia que esse fenômeno foi

motivado pelas conturbações entre as fações políticas locais, pode-se acrescentar as poucas oportunidades de profissionalização e atuação disponibilizadas para estes agentes.

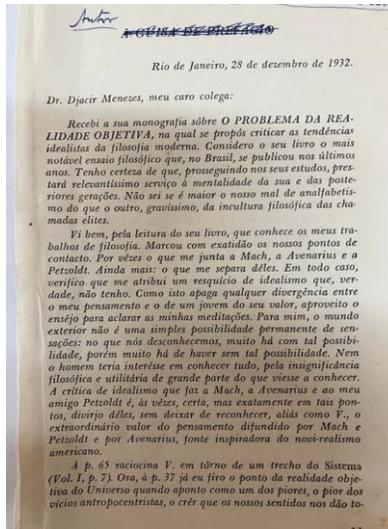
Por sua vez, com a proximidade entre os domínios intelectual e político, haveria um engajamento de parte considerável dessa intelectualidade na política e nos aparelhos estatais. Em outras palavras, os domínios políticos e culturais possuíam ampla área em comum, constituindo um espaço social híbrido que favoreceria os fenômenos que Igor Grill e Eliana Reis denominam de multinotabilidades, multidimensionalidades e multiposicionalidades. No primeiro caso, trata-se de entender como os agentes reúnem e mobilizam “suportes de reputação pessoal em domínios e lógicas específicos ou múltiplos”. No segundo, trata-se das “lógicas” e das “práticas de ação” agilizadas a partir da “pluralidade de registros e de trânsitos possíveis aos agentes em um espaço social relativamente flexíveis”. E no terceiro, como se dá a “vinculação das posições sucessivas e simultaneamente ocupadas pelos agentes (no tempo e no espaço) com a superfície social de que eles dispõem” (Grill; Reis, 2016, p. 24).

Tendo esse contexto como pano de fundo, a seção seguinte apresentará a produção de Djacir no período em que viveu no Ceará.

A produção cearense de Djacir Menezes

Até sua mudança para o Rio de Janeiro, Djacir tinha publicado diversos livros e opúsculos sobre educação, direito, economia, filosofia e sociologia (Quadro 01) e mais de trezentos artigos e ensaios em revistas e jornais. A grande maioria foi editada em Fortaleza por gráficas que também funcionavam como editoras, com tiragem e circulação limitadas por conta do isolamento da capital cearense em relação aos principais centros intelectuais do país. Sua primeira obra, *O problema da realidade objetiva* foi prefaciado pelo jurista e filósofo alagoano Pontes de Miranda. Na realidade, o prefácio foi a carta que Miranda enviou a Djacir depois de ler os originais do futuro livro e onde afirma se tratar do “mais notável ensaio filosófico” publicado no país nos últimos anos.

Figura 3 – Carta de Pontes de Miranda para Djacir Menezes



Fonte: Acervo “Djacir Menezes” da Biblioteca Central da Universidade Estadual do Ceará

Contudo, suas obras didáticas sobre Psicologia, Sociologia e Economia foram publicadas pela editora Globo, de Porto Alegre, uma das maiores do país cujo foco era a publicação de traduções e de autores de ficção gaúchos (Batista, 2008), o que torna ainda mais relevante a inserção de Djacir em seu catálogo. Por sua vez, o *Dicionário psicopedagógico*, prefaciado por Fernando de Azevedo, saiu pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo. Tratava-se de outra grande editora brasileira dos anos 1920 a 1940, com acervo dedicado em grande parte à produção de livros didáticos e de literatura. Mesmo com a diversificação do catálogo, a editora investiu em coleções com teor claramente educativo nas áreas da saúde, jurídica, ciências humanas e exatas, a exemplo da Biblioteca das Moças, da Biblioteca do Espírito Moderno, a Biblioteca Pedagógica, da Atualidades Pedagógicas, da Iniciação Científica e da Brasiliana (Rodrigues; Miranda; Toledo, 2015).

A respeito do *Dicionário psicopedagógico*, Miguel Gallegos aponta que a obra é uma das primeiras no Brasil “con el objetivo de recopilar los conceptos psicológicos con un marcado énfasis pedagógico” (Gallegos, 2018, p. 08), ainda que Djacir permaneça um desconhecido entre psicólogos brasileiros. Com prefácio de Azevedo, que em 1933 tinha lançado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, a obra se associa ao movimento de renovação pedagógica liderado pelo educador mineiro e integra a bibliografia adotada nas escolas reformadas (Domingues; Zimmer, 2019).

Quadro 1 – Publicações de livros e opúsculos de Djacir Menezes entre 1927 e 1941

Filosofia	<p>1. <i>O problema da realidade objetiva: críticas às tendências idealistas da filosofia moderna</i>, Fortaleza. Tipografia Gadelha, 1932. 144p. (Dedicado à memória do Prof. José Sombra); Segunda edição revista e ampliada, Tempo Brasileiro, 1971. Prefácio da primeira edição de Pontes de Miranda.</p>	<p>5. <i>Enunciado da lei natural e vida social: contribuição à sociologia do direito</i>. Fortaleza, Silveira Marinho, 1936. 26p. (Texto em alemão: <i>Naturgesetzlichkeit und soziales leben; beitrug zur allgemeinen einführung in die rechtswissen-schaftliche soziologie</i>).</p>
	<p>2. <i>Kant e a ideia do direito</i>. Fortaleza. Tip. Minerva, 1932. 13p. (Tese de doutoramento – Faculdade de Direito do Ceará).</p>	<p>6. <i>Preparação ao método científico: breve introdução à filosofia moderna, os problemas epistemológicos, a ciência como processo histórico-cultural de adaptação</i>. Prefácio Artur Ramos. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1938.</p>
	<p>3. <i>Análise científica dos fenômenos históricos</i>. Fortaleza. Tip. Gadelha, 1933. 15p. <i>A teoria científica do direito de Pontes de Miranda</i>. Fortaleza. Est. Gráfico A.C. Mendes, 1934.</p>	<p>7. <i>Meu credo científico: discurso de paraninfo</i>. Rio de Janeiro, Ed. Fortaleza, 1940.</p>
	<p>4. <i>Realismo e nominalismo da filosofia medieval; uma palestra</i></p>	

	para estudantes. Fortaleza, Ramos & Pouchain, 1935.	
Crítica Social e Estudos Brasileiros	1. <i>Diretrizes da educação nacional</i> ; significação sociológica da educação; seus fundamentos biológicos. Prefácio José Sombra. Fortaleza, Tip, Gadelha, 1932.	5. <i>O outro Nordeste</i> ; formação social do nordeste pastoril. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.
	2. <i>Direito, socialismo e confusionsismo</i> ; 1ª parte. Fortaleza, Minerva. 1934. _____ . 2ª parte. Fortaleza, Gráfica Urânia, 1935. 23p. _____ . 3ª parte. Fortaleza, Urânia, 1936.	6. Prefácio. In: LINS, Mário. “Espaço-tempo e relações sociais”. Rio de Janeiro, 1938.
	3. <i>Naturgesetzlichkeit und soziales leben</i> ; beitrage zur allgemeinen Einfuehrung in die Rechtswissenschaftliche Sociologie. Fortaleza, Verlag Von Silveira Marinho e Cia. 1936.	7. <i>A educação no Ceará</i> ; repasse histórico-social. Fortaleza, 1939. 30p. (Separata do Livro O Ceará).
	4. <i>A regra jurídica</i> ; o problema da indicatividade e da imperatividade na	8. <i>O princípio de simetria e os fenômenos econômicos</i> . Prefácio Nogueira de Paula. Rio de Janeiro, Pongetti, 1939.

	epistemologia jurídica. Fortaleza, Ramos & Ponchain, 1937.	
Didática	1. <i>Psicologia</i> ; precedida de uma introdução anatomo-fisiológica para uso das escolas normais e ginásios equiparados. Porto Alegre, Globo, 1933. _____. 2ª ed. corrigida e muito aumentada. Porto Alegre, Globo, 1937. 205p. (Manuais Globo).	4. <i>Aspectos da economia nacional</i> . Fortaleza, Tipografia Minerva, 1934. (Separata da Revista do Instituto do Ceará).
	2. <i>Pedagogia</i> . Porto Alegre, Globo, 1935.	5. <i>Introdução à ciência do direito</i> . Porto Alegre, Globo, 1934.
	3. <i>Princípios de sociologia</i> ; de acordo com o programa oficial. Porto Alegre, Globo, 1934.	6. <i>Dicionário psicopedagógico</i> . Prefácio Fernando de Azevedo. São Paulo, Cia. Editora nacional, 1935.
		7. <i>Economia política</i> . Porto Alegre, Globo, 1936.

Fonte: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO, 1998

Mas desse conjunto de publicações, a que se destaca é *O outro Nordeste*. Na avaliação de Geraldo Bezerra de Menezes (1986b), é a sua principal obra de sociologia, qualificada pelo próprio autor como “polêmica”. Pode-se mesmo dizer que se trata de uma obra isolada no conjunto de livros publicados até aquele momento, onde se destacam suas reflexões no âmbito jurídico e filosófico⁴.

Para a escrita de *O outro Nordeste*, Djacir não recorreu à documentação de arquivo e baseou suas considerações a partir das obras escritas por aquelas gerações de ensaístas que vinham desde o século passado. Seus interlocutores privilegiados são seus colegas, vivos ou mortos, do IC, tais como Joaquim Alves, Joffily Irineu, Thomás Pompeu Sobrinho, Capistrano de Abreu, Antonio Bezerra, Carlos Studart, Barão de Studart, e de outros institutos históricos, em especial, os dos estados nordestinos

Como dito na introdução, *O Outro Nordeste* saiu na coleção “Documentos Brasileiros”, criada e dirigida, em sua primeira fase, por Gilberto Freyre e publicada pela JO. É importante considerar que esta editora ocupava uma posição central no campo cultural brasileiro nos anos 1930 de modo que detinha o poder de consagrar seus autores e autoras. Esse lugar se revela no fato da JO publicar intelectuais situados no amplo espectro político-ideológico da época, da direita integralista à esquerda comunista. Se a “Documentos Brasileiros” reúne um conjunto de temas abordados por perspectivas liberais ou mesmo progressistas, a coleção “Problemas Brasileiros”, como informa Randal Johnson (1995), era o espaço de divulgação de Plínio Salgado e seu grupo.

O autor cearense tinha consciência do que significou a publicação de seu livro por essa editora. Em seu pronunciamento durante a sessão em homenagem aos 50 anos da referida editora em 1986 no Conselho Federal de Cultura (CFC), do qual era membro, Djacir relembra a “sorte” de ter sido um autor da JO. Isso ocorreu porque ele teve oportunidade em Recife de mostrar a Gilberto Freyre o seu trabalho inédito intitulado “Evolução de uma sociedade pastoral nas áreas da caatinga”. Na ocasião, Freyre, com um “golpe de vista” viu “que se tratava de uma outra vertente” de análise do Nordeste e teria dito a Djacir Menezes: “Você está olhando para o outro lado do horizonte. Isso aí é o outro Nordeste, e não aquele que estudei” (Menezes, 1981, p. 16). Foi Freyre também quem propôs o título, pois achou o anterior “muito acadêmico e muito pernóstico” (Menezes, 1986, p. 47).

Considerações finais

A análise empreendida aponta como Djacir conseguiu estabelecer sua carreira intelectual atuando em um campo intelectual limitado, onde prevaleciam instituições herdeiras do *modus operandi* do Império (ACL e IC) ou faculdades que ainda não tinham se constituído como centros propriamente acadêmicos. Para tanto, como observado, herdou

predisposições para o mundo das letras, como evidenciam a educação e a biblioteca fornecidas por seu pai, o que possibilitou, desde muito cedo, seu acesso à literatura europeia, bem como a habilidade com línguas estrangeiras, com destaque para o alemão, o que lhe possibilitou ler no original autores de referência para sua formação, além de escrever e publicar obras nesse idioma.

Detentor de um “nome de família”, Djacir dispunha, de partida, de um capital social ao qual agregou as próprias relações de camaradagem adquiridas nas instituições de ensino de elite que frequentou, em especial o Liceu e as faculdades de Direito em Fortaleza e no Rio de Janeiro, e as relações profissionais, conquistadas em suas várias atividades: jornalista, professor do ensino básico e superior e membro de instituições consagradas. Essas relações se estendiam para fora do estado, seja por meio de correspondências, como revela a carta de Pontes de Miranda, seja pela participação em eventos, o que possibilitou, por exemplo, seu encontro com Gilberto Freyre e a publicação de seu livro pela JO.

Outra aposta importante de Djacir foi redirecionar sua carreira, em fins dos anos 1930, para a economia, o que lhe abriu novas frentes de atuação, no momento de valorização dessa disciplina. Por fim, a sua atuação intensa como escritor, colaborando com mais de uma centena de artigos e ensaios para jornais e revistas, além de livros e opúsculos, alguns deles publicados nas principais editoras brasileiras do período e com prefácios de intelectuais reconhecidos nacionalmente, a exemplo de Miranda e Fernando de Azevedo.

Desse modo, entende-se a projeção local e nacional de Djacir e o fato de, parafraseando Tinhorão (2006), atuando em uma “província pobre”, ter conseguido discutir, no mesmo plano, com os intelectuais da capital da República “as mais recentes conquistas da ciência ou as últimas modas filosóficas ou literárias”.

Referências

ABREU, Berenice. *Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.

ADERALDO, Mozart Soriano. História Literária do Ceará (Dos "Oiteiros" ao Grupo Clã). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 225-247, 1986.

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do Poder: o Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Retóricas do atraso e da crise: Ceará (1916-1930)*.

2018. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BARRETO, Gerardo Dantas. O itinerário filosófico de Djalma Menezes. In: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Djalma Menezes (1907-)*: bibliografia e Estudos Críticos, Homenagem aos 80 anos. Salvador: CDPB, 1988.

BARBALHO, Alexandre. O outro Nordeste Djalma Mezenes e a Sociologia do Sertão. *Albuquerque: revista de história*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 209-226, 2023.

BATISTA, Karina Ribeiro. *A trajetória da Editora Globo e sua inserção no campo literário brasileiro nas décadas de 1930 e 1940*. 2008. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BEZERRA DE MENEZES, Geraldo. O mestre Djalma Menezes. *R. C. pol.*, Rio de Janeiro, n. 29, v. 3, p.7-8, 1986a.

BEZERRA DE MENEZES, Geraldo. Homenagem a Djalma Menezes. Intervenção. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, v. 17, n. 62-65, 1986b.

BRITO, Luciana; MARTINS, Ricardo André Ferreira. A consolidação do campo literário cearense e do público leitor em fins do século XIX: o caso da Padaria Espiritual e outros grupos de homens de letras. *Patrimônio e memória*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2018, p. 425-443.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia geral*. Vol. 2: habitus e campo. Curso no *Collège de France*. Petrópolis: Vozes, 2021.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e Teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Djalma Menezes (1907-)*: bibliografia e Estudos Críticos, Homenagem aos 80 anos. Salvador: CDPB 1988.

COELHO, Saulo de Oliveira Pinto. Cultura, direito e dialética no pensamento neohegeliano de Djalma Menezes: uma contribuição à contra-história da jusfilosofia. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 113, p. 571-596, 2016.

CORDEIRO, Celeste. *Antigos e modernos no Ceará provincial*. São Paulo: AnnaBlume, 1997.

DOMINGUES, J. M.; ZIMMER, I. Alguns reflexos da legislação brasileira na Formação de Professores no nível elementar catarinense, 1946-1996. *Ensino & Multidisciplinaridade*, São Luís, v. 5, n. 1, p. 84-100, 2019.

ESTEVÃO, José Carlos. O gordo e o magro: o Nordeste segundo Gilberto Freyre e Djalma

- Menezes. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, v. 27, n. 1, p. 73-83, 1996.
- GALLEGOS, Miguel. La difusión enciclopédica de la psique en América Latina: diccionarios para la enseñanza (1916-2000). *Psykhé*, Santiago, v. 27, n. 1, p. 01-20, 2018.
- GIRÃO, Raimundo. Instituto do Ceará. *Revista da Academia Cearense de Letras*, n. 26, p. 287-289, 1954.
- GOUVÊA, Gilda. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil*. São Paulo: Paulicéia, 1994.
- GRILL, Igor; REIS, Eliana. *Elites parlamentares e a dupla arte de representar: interseções entre “política” e “cultura” no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945). *Revista USP*, n. 26, p. 164-181, 1995.
- HOLANDA FILHO, Pedro. *O Barão da caridade: a morte de Guilherme Studart e a invenção de uma vida exemplar (1856 – 1938)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- LEMENHE, Auxiliadora. *Família, tradição e poder; o (caso) dos coronéis*. São Paulo: AnnaBlume, 1995.
- MACIEL, Carolina. O Centro Liceal de Educação e Cultura: formação cívica, cultural e defesa dos direitos dos estudantes do Colégio Estadual do Ceará. *Revista Em Perspectiva*, Fortaleza, v. 4 n. 1, p. 72-85, 2018
- MELLO, Marisa Schincariol de. *Como se faz um clássico da literatura brasileira?* Rio de Janeiro: Automática, 2019.
- MELO, Hélio. Djacir Menezes. *Rev.. Inst. do Ceará*, Fortaleza, p. 267-271, 1996.
- MELO, Hélio. Saudação a Djacir Menezes. *Rev.. Inst. do Ceará*, Fortaleza, n. 97, p. 223-225, 1983.
- MENESCAL, Ana Alice. A história trazida à luz: O Instituto do Ceará e as análises acerca dos povos indígenas. *Tarairú*, v. 1, n. 4, 2012, p. 46-63.
- MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Fortaleza: UFC, 1995
- MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Fortaleza: Fund. Waldemar Alcântara, 2018.
- MENEZES, Djacir. Evocação de um pioneiro: Odorico Castelo Branco. *Revista de Ciência Política*, v. 32, n. 4, p. 170-171, 1989.
- MENEZES, Djacir. Homenagem a Djacir Menezes. Intervenção. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, ano 17, n. 62-65, 1986.

MENEZES, Djacir. 50o. aniversário de fundação da livraria José Olympio. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, n. 42, p. 11-18, 1981.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MONTENEGRO, João Alfredo. O pensamento de Djacir Menezes. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 277-298, 2007.

MOTA, Aroldo. *História política do Ceará: 1930-1945*. Fortaleza: Stylus, 1989.

NOBRE, Geraldo. Gênese do Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo Especial, p. 37-43, 1977.

NUNES, E. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 2003.

PAIM, Antônio. Revisitando Djacir Menezes. *Revista do Instituto Histórico*, Fortaleza, p. 289-295, 1999.

ROCHA FILHO, J. Dias da. Vida do brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro (1740-1831). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 03-153, 1916.

RODRIGUES, Jaime; MIRANDA, Marcia Eckert; TOLEDO, Maria Rita. O acervo da Companhia Editora Nacional: negociação, organização e potencial para pesquisa histórica. *Revista de fontes*, v. 2, n. 3, p. 61-69, 2015.

SANTIROCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização. *Reflexão*, v. 42, n. 2, p. 161-181, 2017.

SILVA, Ana Glória Lopes da. *Joaquim Nogueira, práticas de leituras no Instituto de Humanidades de Fortaleza, edições escolares e a cultura cearense nas três primeiras décadas do Século*. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVA, Marcos José Diniz. “Que as minorias não sejam espezinhadas em seus direitos”: igualdade religiosa em debate na imprensa cearense nas décadas de 1920 e 1930. *OP SIS*, v. 11, n. 2, p. 219-238, 2011.

SILVA, Marcos José Diniz. Maçonaria, Teosofia e Esperanto: afinidades espiritualistas em redes intelectuais no Ceará dos anos de 1920. *Locus: Revista de História*, v. 21, n. 1, 2015.

SUCUPIRA, Luís. A comunidade e o Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo Especial, p. 60-62, 1977.

TINHORÃO, José Ramos. *A província e o naturalismo*. Edição fac-similar. Fortaleza:

NUDOC, 2006.

ZUIN, Elenice de Souza Lodron. Aspectos Históricos dos Sistemas de Numeração em Um Livro de Aritmética Publicado no Ceará em 1904. *Boletim Cearense de Educação e História da Matemática*, v. 5, n. 14, p. 123-138, 2018

Artigo recebido em 01/08/2024

Aceito para publicação em 24/02/2025

Editor(a) responsável: Maria Cecília Teixeira Miranda

¹ Depoimento retirado de “Djacir Menezes — o Homem e Seus Livros — Parte I”. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=gWqauyd_L0Q&t=909s. Eça de Queiroz seria tema constante dos escritos de Djacir. Em 1941, por exemplo, publicaria o ensaio “Eça de Queiroz e a crítica” na revista carioca *D. Casmurro* e, em 1950, o livro *Crítica social de Eça de Queiroz* pela Imprensa Nacional.

² A aproximação com Rachel, nascida em 1910 em Fortaleza, não é só geracional, mas também temática. Seu livro de estreia, *O Quinze*, lançado na capital cearense em 1930, trata do universo do sertão, o mesmo abordado por Menezes, em seu *O outro Nordeste*.

³ Depoimento retirado de “Djacir Menezes — o Homem e Seus Livros — Parte I”. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=gWqauyd_L0Q&t=909s

⁴ Em nota escrita para a terceira edição de *O outro Nordeste*, Djacir revela que logo após este livro, começou a escrever o que seria sua sequência e deveria se intitular “Fanatismo e Cangaço”. Era uma época em que ainda vivia no Ceará e, nas suas palavras, “estávamos inteiramente voltados para este tema de sociologia regional, com implicações políticas profundas na vida do país” (Menezes, 2018, p.180). O material que copiou serviu de base para o capítulo IV “O binômio: o violento e o místico” da referida edição.